

Crescimento econômico com insegurança energética

PIRES, Adriano; VILLANI, Guilherme. "Crescimento econômico com insegurança energética". Valor Econômico. Rio de Janeiro, 6 de março de 2018.

Em 2018 o Brasil iniciará um ciclo de crescimento econômico com o velho problema da insegurança energética. O país que construiu as maiores hidrelétricas do mundo e possui as maiores vantagens comparativas nas energias renováveis ainda busca um modelo regulatório e de planejamento no setor elétrico que afaste de vez as crises.

A energia contínua e disponível graças às usinas hidrelétricas com reservatórios construídas durante os anos 70 e 80, aliado a uma abundante e regular pluviometria, ficou para trás. A bacia do Rio São Francisco, responsável por 20% da capacidade de armazenamento de energia hidráulica sofre há mais de uma década com pluviometrias muito abaixo da média histórica e exaustão dos mananciais pela atividade humana.

As bacias do Rio Tocantins e Xingu (Norte) dão sinais de que não são mais o "reloginho" do sistema, com chuvas na quantidade e hora certa. Ali se situam as maiores hidrelétricas 100% nacionais - UHE Tucuruí e Belo Monte. As principais bacias do Sudeste - Paranaíba e Grande - também apresentam vazões recentes abaixo da média histórica.

Também foram cometidos equívocos no planejamento da contratação de novas fontes de energia elétrica. A opção dos governos petistas foi usinas hidrelétricas a fio d'água - com "combustível barato", contudo intermitente - e usinas térmicas a óleo - com combustível caro e poluente.

O erro de contratação pode ter sido o motivo da origem de outro, ainda mais grave. A operação do sistema elétrico por parte do ONS entre 2010 e 2014 é questionável. Os dados do ONS mostram que se gastou mais água dos reservatórios do que poderíamos com graves consequências à gestão de reservas e na manutenção de vazão mínima para a operação da Hidrovia Tietê-Paraná.

Geradores e grandes consumidores, cientes desta arbitrariedade, judicializaram a questão para evitar perdas financeiras dos erros operacionais cometidos.

Aparentemente em 2018 o erro se repete com o ONS turbinando as poucas reservas dos reservatórios, com o falso argumento de ajudar a resolver a questão do GSF. Como as aflúncias dos rios ainda são baixas, provavelmente em abril ou maio será obrigado a ligar todas as térmicas mais caras do sistema. Ou seja, a história se repete e a solução definitiva nunca aparece.

Com a retomada da atividade econômica em 2018, acabou o alívio da retração da demanda ocasionada pela mais grave crise econômica que o país passou - 2015 e 2016. Aliás, nesses dois anos evitamos um racionamento de energia devido exatamente a essa crise econômica e ao tarifaço de 2015.

Chegou a hora de o país enfrentar a realidade: precisamos de um modelo que sustente sucessivos anos de crescimento econômico sem sustos inflacionários nos preços da energia elétrica e sem margem para dúvidas quanto à capacidade de assegurarmos o suprimento.

A contratação de oferta de longo prazo sempre foi realizada pelo Mercado Cativo - o das distribuidoras regionais com seus consumidores residenciais, comerciais e industriais pequenos e médios. Desde 1995 os grandes e médios consumidores industriais e comerciais podem fazer sua gestão de contratação de energia no Mercado Livre, contratando o prazo e preço aproveitando-se da enorme volatilidade de preços ocasionados pelo excesso de chuvas ou pelas retrações de demanda ocasionadas por crises econômicas. É preciso democratizar o acesso ao mercado livre que ficou estagnado desde que foi implantado, permitindo que todos os consumidores tenham direito de fazer a gestão que representem a realidade do mercado.

No campo do planejamento, há uma evidente necessidade de reavaliação da expansão do parque gerador brasileiro. Isso incluiu reconhecer que os finitos reservatórios são cada vez menos capazes de garantir o suprimento no período seco, e, portanto, cada vez menos estratégicos.

A diversificação geográfica e das fontes do parque gerador é absolutamente necessária, inclusive com fontes térmicas seguras e menos custosas. O uso de térmicas a gás natural na base do sistema é uma opção segura e de baixo impacto ambiental para a garantia de segurança energética que antes era feita pelas hidrelétricas com reservatório.

A expansão em massa da geração solar distribuída para aproveitarmos o enorme potencial do país e a contratação de fontes eólicas e da biomassa são alternativas urgentes, não apenas elogiáveis do ponto de vista ambiental, mas da própria necessidade de diversificação de riscos. E para atrair investidores precisamos de um modelo regulatório com risco-retorno adequado.

Atualmente são os leilões de transmissão de energia que mais atraem investidores por conta dos baixos riscos envolvidos. O empreendedor assume o risco de construção, e uma vez concluídas as torres de transmissão, ele tem a tarifa para mantê-las em operação. Para tal ele recebe uma remuneração anual definida no momento do leilão. Simples.

O mesmo não ocorre na geração e na distribuição. Na geração, uma vez construída a usina, o empreendedor é obrigado a assumir riscos que não pertencem ao seu negócio. Na distribuição o modelo atual concentra o risco de inadimplência de todo o serviço envolvido - geração, transmissão e distribuição - nessas empresas, obrigadas a assumir estes riscos para 100% do mercado cativo. Os riscos atuais ou afastam o investimento ou aumentam as taxas de retorno (e preços) do empreendimento.

Diante de novas e infundáveis discussões sobre os rumos do setor elétrico no Brasil, nos resta perguntar como meros pagadores da conta, seja na conta de luz ou nos produtos e serviços consumidos: quem garantirá a contratação de longo prazo? Teremos eletricidade contínua e disponível a preços estáveis?

São as respostas a estas perguntas que precisam ser debatidas no Congresso Nacional nesse momento onde o governo de forma oportuna e corajosa apresentará as sugestões de mudanças para esse modelo que há muito tempo deixou de responder às necessidades e a realidade da matriz elétrica brasileira.

Adriano Pires é diretor do Centro Brasileiro de Infra-Estrutura (CBIE)

Guilherme Villani é administrador com pós-graduação em finanças pela Fipecafi.